

# Sub de Hargreaves acusa irmã

Brasília — Josemar Gonçalves

O ex-subchefe da Casa Civil Luís Bandeira responsabilizou a irmã — Raimunda Francisca Bandeira de Araújo, presidente da Fundação Vivili (PI) — e o cunhado Angelo Mello pelas irregularidades na instituição. Bandeira, entretanto, inocentou o ex-ministro Henrique Hargreaves. “Hargreaves não sabia da existência da entidade nem dos parentes”, afirmou ontem, em depoimento de hora e meia à Subcomissão de Subvenções Sociais.

Sobre seu envolvimento com a entidade, Bandeira explicou: “Apenas comprei um terreno para construir uma fábrica de rapadura”. A Fundação Vivili, localizada em Capitão Campos, interior do Piauí, aplicou US\$ 1,5 milhão na compra de gravatas de seda, roupas, calçados, cartuchos para videogame, duas bicicletas de 12 marchas, além de uma caminhonete D-20 cabine dupla, com ar refrigerado e frigobar. “Quem tem que ser convocada é ela, e não eu” disse Bandeira aos parlamentares, referindo-se a sua irmã.

Usando seu prestígio de assessor parlamentar do PFL, Luís Bandeira admitiu ter intermediado em 91 um pedido de verbas para a Fundação Vivili, nome de sua avó, junto ao ex-assessor do Senado José Carlos Alves dos Santos. Bandeira disse que levou seu cunhado até José Carlos: “Pe-



*Bandeira, referindo-se à irmã: “Ela é que tem que ser convocada”*

di ajuda. José Carlos se interessou e sugeriu que eu procurasse o deputado João Alves”. Pela primeira vez, o nome do deputado Paulo Octavio (PRN-DF) foi citado na CPI: ele apresentou emenda para a Fundação Vivili, de valor expressivo. “Estou surpreso com essa verba. Não sabia de nada”, disse Bandeira. Mais seis emendas foram apresentadas pelo deputado João Henrique (PMDB-PI).

O coordenador da subcomissão, Garibaldi Alves (PMDB-RN), anunciou que vai denunciar Bandeira por intermediação de verbas e que também solicitará o fechamento da entidade e a punição de Raimunda e Angelo ao Ministério Público. “Isso é caso de polícia”, bradou no

meio da reunião o senador Elcio Álvares (PFL-ES).

No relatório do TCU, foi constatado que a fundação recebeu três subvenções sociais — uma em 1991 e duas em 1992 —, totalizando US\$ 1,5 milhão, mais do que a Prefeitura de Capitão Campos (PI). A fundação é patrimônio do casal Bandeira de Araújo, apesar de ter como fonte de renda, exclusivamente, os recursos recebidos por convênios e subvenções sociais. Desde sua criação em 89, a fundação vem recebendo verbas do orçamento do Ministério da Ação Social.

Entre as irregularidades está a aplicação das verbas de subvenções sociais no mercado financeiro em benefício do casal.